

Pai contra mãe, ou a racialidade como prototeoria de sujeito em “Pai contra mãe”, de Machado de Assis

Father Against Mother, or Raciality as a Proto-theory of Subject in “Pai contra mãe”, by Machado de Assis

Fernando Cambauva Breda
Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo | SP | BR
fcbreda59@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1694-1561>

Resumo: Este artigo investiga a ambiguidade na representação da branquitude da personagem Candinho no conto “Pai Contra Mãe” de Machado de Assis, explorando conexões com a força da escravidão na segunda metade do século XIX, marcada pelo temor que assolava homens e mulheres despossuídos de serem submetidos ao regime servil. A análise centra-se no modo como o narrador articula diferentes gramáticas narrativas para tratar do sofrimento de Candinho e de Arminda, trabalhando literariamente um limite racial de sociabilidade próprio da vida social brasileira no qual se separaria pobreza e miséria, sujeito e objeto no período diegético, e que continuaria a vigor quando da publicação do conto.

Palavras-chave: racialidade; escravidão; Machado de Assis.

Abstract: This article investigates the ambiguity in the representation of Candinho’s whiteness in Machado de Assis’s short story “Pai Contra Mãe,” exploring connections with the force of slavery in the second half of the 19th century. This period was marked by the fear that haunted dispossessed men and women of being subjected to the servile regime. The analysis focuses on how the narrator articulates different narrative grammars to address the suffering of Candinho and Arminda, literarily working on a proto-theory of subject in which an attempt is made to establish a social/racial limit that would separate poverty and misery, subject and object, and which would continue to prevail at the time of the story’s publication.

Keywords: raciality; slavery; Machado de Assis.



1 Um tempo dúbio e duplo

“Uma casa tem muitas vezes as suas relíquias, lembranças de um dia ou de outro, da tristeza que passou, da felicidade que se perdeu. Supõe que o dono pense em as arejar e expor para teu e meu desenfado. Nem todas serão interessantes, não raras serão aborrecidas, mas, se o dono tiver cuidado, pode extrair uma dúzia delas que mereçam sair cá fora. (...) Depende da tua impressão, leitor amigo, como dependerá de ti a absolvição da má escolha”. (Assis, 2013, [s. p.])

O trecho acima é parte da advertência que Machado de Assis faz ao leitor de *Relíquias de casa velha* (1906). Há, nesse mesmo excerto, uma sugestão explícita de associar tais relíquias à vida do autor (“Chama-lhe à minha vida uma casa, dá o nome de relíquias aos inéditos e impressos que aqui vão, ideias, histórias, críticas, diálogos, e verás explicados o livro e o título” (Assis, 2013, [s. p.]); o que se corrobora no soneto que sucede à advertência, de evidente natureza biográfica, intitulado “A Carolina”¹.

De modo que, uma vez vista a mais querida das lembranças do escritor (“A Carolina”), chama a atenção o fato de que do velho baú de relíquias que o autor vai retirar seus preciosos objetos, submetendo-os à avaliação do leitor, o primeiro deles trata da instituição que mais “vergonha”² traria a seus virtuais leitores:³ a escravidão.⁴

Operando uma espécie de viés de confirmação (irônica, veremos) de que o tempo da *casa velha* efetivamente passou; o conto “Pai contra mãe” se abre com a seguinte frase: “A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais” (Assis, 2013, [s. p.]). Estamos aqui, como se nota, diante de uma instituição acabada. De modo que para se falar sobre um fato do passado, seria necessário um recuo no tempo: “Há meio século escravos fugiam com frequência”.

Assim, no que parece, à primeira vista, a instauração de uma temporalidade, não só distante, como quase atemporal pela falta de referencialidade explícita (“Há meio século”), é, não obstante e também, a instauração de uma referenciação histórico-temporal. Considerando que o conto foi escrito e publicado entre 1905 e 1906, trata-se, portanto, de um período posterior, em ao menos sete décadas, à proibição da entrada de novos cativos no Brasil.

Ora, é verdade que a ilegalidade das novas escravizações não foi exatamente um fator que dinamitou as bases desse modelo de sociabilidade – não custa lembrar que mesmo em 1906, as relíquias poderiam ainda ter serventia –; no entanto, apesar da existência e lastro

¹ O soneto é uma evidente homenagem a Carolina Augusta Xavier de Novais, falecida em 1904 e com quem Machado foi casado por quase trinta e cinco anos.

² O tema da escravidão, apesar de vastamente tangenciado por diversos autores, constituía-se como uma espécie de tabu à estetização. Para compreensão do debate, cf.: Coutinho, 1978. De todo modo, é evidente que sua presença, a despeito das intenções dos autores, se não se dá pela frente, ocorre pela “porta dos fundos” das obras. Invisibilidade não costuma significar ausência.

³ É pertinente lembrar que conforme censo demográfico realizado no Brasil em 1872, somente cerca de 15,7% da população total era alfabetizada.

⁴ Lembremos um pequeno trecho do hino da República, de 1890 (!): “Nós nem cremos que escravos outrora \ Tenha havido em tão nobre país!”.

real da expressão “para inglês ver”,⁵ é verdade também que a ilegalidade por si só se constituía como uma dupla face à força da escravidão.

Por um lado, configurava uma espécie de freio jurídico ao poder senhorial: se não no que diz respeito à posse de sujeitos, como instauração da contravenção (não só oficialmente tolerada, como até 1850 oficial e ilegalmente incentivada) na compra e venda dos mesmos. Por outro, a própria contravenção instaurava um reforço “inesperado” à força da escravidão: diante da ilegalidade convencional e socialmente aceita da escravização de novas pessoas africanas trazidas ao país, o aspecto jurídico perdia força normativa e as possibilidades de escravização, ao arrepio da lei, de homens e mulheres negros, livres e/ou libertos, intensificava-se enormemente. Criava-se, assim, um cenário no qual o descumprimento sistemático da lei de proibição do tráfico de 1831, articulado a uma política de “segurança pública” que tomava como escrava, até que se provasse o contrário, toda “pessoa de cor” (para ficarmos nos termos da época) circulando livremente em espaços públicos (Chalhoub, 2012), gerava um temor às pessoas negras e despossuídas de serem submetidas à escravidão, uma vez que essa passava a funcionar independentemente da lei,⁶ Um verdadeiro descalabro marcado pela cisão entre a vida *de facto* e *de jure*.

Estamos, pois, em um período de plena ilegalidade constitucional⁷ – contraintuitivamente fortificante, por sua vez – daquilo que constitui o núcleo de ordenação da vida social brasileira – a escravidão...⁸ Não por acaso, também o assunto central do conto que abre o livro.

De saída, a pergunta que pode vir à mente de um(a) leitor(a) desavisado(a) seria: o que faz um autor tão comprometido com a constituição da instituição “literatura brasileira” voltar a um tema como esse, tão “incivilizado” e supostamente ultrapassado? Não podendo saber o que se passa na cabeça do autor, resta elaborar possíveis respostas a essa pergunta por meio da leitura do conto em si.

Primeiramente, há de fundo uma proposição implícita de que olhar para essa história é ainda olhar ao presente do livro – e a advertência inicial não permite restar dúvida, uma vez que dentre as “reliquias da casa velha”, algumas mereceriam a atenção e compreensão de sua pertinência contemporânea. No entanto, como dito, se existe a referencialidade temporal ao período da ilegalidade do cativo de quase um milhão de homens e mulheres, não deixa de ser elucidativo que a história se propõe como se dentro de uma certa temporalidade abstrata, vazia de concretude. Foi há meio século, como poderia ter sido antes (ou depois). Nesse sentido, narrativamente, estamos no plano da História, mas igualmente no plano da metafísica e da “moral universal”.

Assim, ainda que localizada no Brasil, o que se lê é também uma narrativa que se quer arquetípica (?) de amor de pai e de amor de mãe. De modo que nesse mesmo gesto, o autor repõe na instituição escravista algo encenado nas *Memórias póstumas de Brás Cubas* – em que algo que morreu, segue vivo, ordenando à sua maneira defunta –, bem como insinua os “tem-

⁵ A lei de 1831 foi antes um tratado diplomático com o império britânico do que uma normativa legal eficaz.

⁶ Adotaremos aqui a percepção de que a força da escravidão é evidenciada sobretudo no que Sidney Chalhoub chamou de “precariedade estrutural da liberdade no Brasil oitocentista”, isto é, as “incertas e porosas as fronteiras entre escravidão e liberdade”. Ou ainda, a possibilidade efetiva de pessoas que conquistaram a liberdade e/ou que já eram livres serem submetidas ilegalmente, e com um grau elevado de facilidade, à condição servil.

⁷ E o conto não disfarça, chegando mesmo a naturalizar, tal aberração jurídica ao dizer com certo ar de cotidianidade: “Casos houve, ainda que raros, em que o escravo de contrabando, apenas comprado no Valongo [...]”.

⁸ São também dessa opinião: Clóvis Moura, Florestan Fernandes, Roberto Schwarz, Gilberto Freyre, entre outros.

pos de outrora' e o 'lá longe' como constitutivos daquilo que está acontecendo aqui e agora e daquilo que está para acontecer" (Silva, 2018, p. 408).

Assim, além de uma mera relíquia valiosa, o que se arma no plano narrativo passa a ser uma espécie de "matéria-prima ao pensamento", no qual concebe-se o fato a ser narrado "como já um momento, que é uma composição singular, daquilo que também constitui 'o que aconteceu e o que ainda está para acontecer'" (Silva, 2018, p. 408-9). A história? A disputa entre um pai e uma mãe para ver quem vai ser concebido como sujeito, não só no plano da parentalidade, mas sobretudo no âmbito da História. Quem será o Sujeito legitimado a conceber-se enquanto pai e/ou mãe? Quem vai ter o filho que vai vingar?

Nesse sentido, o conto passa a ilustrar alegoricamente um traço específico da dinâmica social brasileira que demarca um limite aqueles que são e aqueles que não são reconhecidos como Sujeitos.⁹ De modo que, provavelmente tendo sido escrito em 1905, o autor assevera que há algo da ordenação social do período escravista que é ainda contemporâneo ao Brasil posterior à Abolição. E essa coexistência de tempos distintos teria a ver justamente com algo que passou e não passou. Como se uma espécie de teoria Humanitista de sujeito¹⁰ que, mesmo sendo originária da Casa Velha, seguisse, atualizada, organizando a Casa Nova.

Mas como não estamos diante de um texto sociológico e/ou historiográfico, o modo pela qual essa prototeoria do Sujeito se dá é por meio da narração de uma história... ou quase, uma vez que a história efetivamente só tem início no sexto parágrafo, o qual é antecedido por uma analítica de alguns dos ofícios e aparelhos da já falecida instituição que organiza(va) a vida social.

A gramática que ordena o modo de se tecer a narração dessa disputa entre um pai e uma mãe não é exatamente a de um contador de histórias desinteressado naquilo que lhe enseja contar: a disputa entre as personagens que dão nome ao conto, a escravidão, seus ofícios e sociabilidades. O narrador apresenta indícios de sua visão de mundo já nos primeiros parágrafos em que se põe a pensar os materiais e práticas que eram próprios do período escravista. Dotado de erudição, ele apresenta refinamento de linguagem e uma moralidade que se constrange em aquiescer por completo à ordem escravista, ainda que compreenda e adira às naturalizações de outrora, reconhecendo, inclusive, as benesses morais e sociais que ela engendrava, sobretudo aos escravos (!) – ao preço de uma certa assunção, agora necessária, de embaraço.

⁹ Mais especificamente, o que temos em mente é uma certa feição brasileira da "interdição de reconhecimento", observada por Fanon no contexto colonial a partir de sua leitura da "Dialética do Senhor e do Escravo" de Hegel. Segundo o argumento de Fanon, a reciprocidade e o reconhecimento são traços definidores daquilo que nos tornaria humanos; ocorre que, agora por nossa conta, no Brasil a ideologia senhorial "difere essencialmente daquele [processo] descrito por Hegel. Em Hegel há a reciprocidade, aqui o senhor despreza a consciência do escravo [...]" (Fanon, 2008, p. 183), de modo que não há reconhecimento da humanidade de negros na feição brasileira da ideologia escravista-senhorial – cuja abrangência é, infelizmente, ampla e duradoura.

¹⁰ Humanitismo é nome da filosofia criada pela personagem machadiana Joaquim Borba dos Santos, o Quincas Borba: "Supõe tu um campo de batatas e duas tribos famintas. As batatas apenas chegam para alimentar uma das tribos, que assim adquire forças para transpor a montanha e ir à outra vertente, onde há batatas em abundância; mas, se as duas tribos dividirem em paz as batatas do campo, não chegam a nutrir-se suficientemente e morrem de inanição. A paz, nesse caso, é a destruição; a guerra é a conservação. Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos. Daí a alegria da vitória, os hinos, aclamações, recompensas públicas e todos os demais efeitos das ações bélicas. (...) Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas" (Assis, 2011, [s. p.]).

De modo que é essa mesma gramática moral o que permite, a quem lê, notar que também o narrador está e não está no “tempo da escravidão” (Hartman, 2021). E é justamente essa temporalidade dúbia, dupla e problemática que organiza o texto em si:¹¹ a de um narrador constrangido, é verdade, mas que naturaliza e mesmo justifica a existência de certas práticas escravistas – as quais, segundo ele, evitavam, por exemplo, o vício de beber e a tentativa de furtar, “e aí ficavam dous pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade, certas” (Assis, 2013, [s. p.]). Como se no fundo de cada invocação da barbárie de outros tempos, houvesse sempre às mãos um chão justificador, afinal, “a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel” (Assis, 2013, [s. p.]).¹² E, no mais, como “nem todos gostavam de apanhar pancada”, *natural* que houvesse também os que gostavam.

Assim, aquilo que era justamente uma adversativa quanto ao próprio movimento descritivo do início do conto – “Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício” – converte-se na própria fundação narrativa da história: o aparelho funcionando. Não apenas porque é em torno justamente desse ofício (“pegar escravos fugidos era um ofício do tempo”) que se organiza o desenrolar do conto, como porque a análise do aparelho em funcionamento elucida também o funcionamento da roda que ordena a vida social tanto “lá longe”, ou “há meio século”, como no “aqui” e “agora” da inteligência narrativa que organiza o livro.

2 A “candura” de um Brasil pós-Abolição

Candinho, para os mais íntimos – como o próprio narrador –, era um sujeito dotado de riso frouxo, amor às patuscadas e pouco afeito ao trabalho sério – no sentido burguês do termo (Moretti, 2003): “não aguentava emprego nem ofício, carecia de estabilidade; é o que ele chamava caiporismo” (Assis, 2013, [s. p.]).

Um exercício especulativo de hipóteses impossíveis nos permitiria pensar que se a história tivesse sido narrada no tempo do rei, ou no mundo organizado qual a dialética da malandragem (Candido, 1970), a vida de Candinho não seria próxima ao trágico, como se dá no conto de Machado. É provável que seu amor às patuscadas, bem como sua crença de que cedo ou tarde as coisas acabariam se arranjando, poderiam, nas *Memórias de um sargento de milícias* (1853),¹³ ganhar um certo ar de “mundo sem culpa”, no qual “não se trabalha, não se passa necessidade, tudo se remedeia” justamente “graças à brutalidade do trabalho escravo, que o autor elide junto com outras formas de violência” (Candido, 1970, p. 88). Ocorre que na pena de Machado não se pôde falar de Candinho sem mencionar a contraparte de sua propensão ao riso e às patuscadas.

¹¹ A problemática ganha forma exemplar nas primeiras linhas: “A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais”. Há nesse trecho justamente dois tempos verbais diferentes. O pretérito perfeito é utilizado para falar dos ofícios e dos aparelhos; por outro lado, o comentário fica condicionado a uma espécie de comparação que impõe uma dubiedade quanto àquilo que se aponta o fim pela conjugação do verbo ter no futuro do presente do indicativo. Tal modo de escrita atribui um sentido condicional à ação: resta, então, ao leitor a impossibilidade de “se ter certeza sobre a extinção de instituições sociais ligadas à escravidão” (Moraes, 2009, p. 10).

¹² “Saber em que medida a distância garante a integridade do ponto de vista ou resulta apenas cinismo é um problema, mas, digamos, esse problema organiza o texto” (Azevedo, 2022, p. 58).

¹³ Ou mais especificamente, conforme a leitura que Antonio Candido realiza do romance.

Verdade que também no conto se faz presente a crença de que tudo se arranjará, a tal ponto que se chega mesmo a notar que Candinho tinha na esperança algo como um “capital seguro”. Por outro lado, essa mesma presença se faz em chave absolutamente distinta: aquilo que seria elisão em Manuel Antonio de Almeida converte-se no limite tenso que viabiliza a segurança de Candinho – afinal, efetivamente a sorte lhe sorri ao final e a esperança realiza suas expectativas. Nos dizeres do próprio Cândido Neves: “– Sim, mas lá vem uma noite que compensa tudo, até de sobra. Deus não me abandona, e preto fugido sabe que comigo não brinca; quase nenhum resiste, muitos entregam-se logo” (Assis, 2013, [s. p.]). Ou seja, e para que não caiamos em anacronismos, aqui, a ideia de esperança e sorte é atravessada por um sistema de exploração que Machado não silencia, mas expõe, problematizando o arranjo social que, na obra de Manuel Antônio de Almeida, teria permanecido elidido, segundo Antonio Candido.

Assim, o que seria “mistura de cinismo e bonomia” (Candido, 1970, p. 79) lá, converte-se aqui em cinismo e ironia. E o que lá seria suspensão risonha do juízo, aqui toma forma de agonia/aporia diante da miséria que assola os de baixo. Com um aspecto crucial, no entanto: o pau que bate em Chico não necessariamente bate em Francisco. Ou o pau que bateu em Arminda não bateu em Candinho: a fome é para todos, mas a esperança como capital seguro não se universaliza – e nem poderia... afinal, “nem todas as crianças vingam!”

Há razões históricas para modulações tão díspares: os tempos eram outros. Mas há ainda um outro aspecto que organiza essa distinção: a configuração social que o conto enquadra é diversa. Se o foco se volta a um grupo relativamente próximo ao do que é representado nas *Memórias de um sargento de milícias*,¹⁴ a diferença encontra-se na incorporação de duas frações sociais que ali teriam sido suprimidas (Candido, 1970, p. 82): os escravos e as classes dirigentes – os últimos materializados no ponto de vista narrativo e os primeiros na figura de Arminda. E, nesse sentido, a mera aparição dessas classes por si já cria novos sentidos.

É, pois, com Arminda que vemos uma verdadeira reviravolta dos juízos de tudo que fora apresentado até então. Se, conforme aponta Sanseverino, as personagens escravizadas na obra machadiana carecem de certa autonomia narrativa, ficando quase sempre ao reboque das histórias, que parecem antes chegar a elas do que o contrário (2019); é também verdade que essas figuras são mais do que meras personagens “alcançadas” pelo enredo. Apenas o fato de se fazerem presentes altera toda a ordenação de significados de tudo que vinha sendo posto até então. No caso de “Pai contra mãe”, a figura de Arminda cumpre uma espécie de função narrativa de *Deus ex machina*¹⁵ que ao mesmo tempo soluciona os problemas de Candinho e reorganiza à negativa os sentidos do enredo.

No limite, sua aparição é a figuração da mercadoria a ser “garimpada” pelo pobretão que encontra-se no limiar da passagem à miséria; todavia, sendo uma mercadoria que fala

¹⁴ Na interpretação clássica de Antonio Candido, os homens livres e pobres da ordem escravocrata.

¹⁵ Lembremos que a aparição de Arminda ocorre repentinamente, depois de um longo período em que o trabalho de Candinho não resultava em ganho material algum. Nos dizeres do narrador: ele “em vão os [escravos fugitivos] buscava desde muito”, de modo que “a situação era aguda”; e mesmo quando a busca era direcionada à própria figura de Arminda, “Cândido Neves andara a pesquisá-la sem melhor fortuna, e abrira mão do negócio” (Assis, 2013, [s. p.]). Até que, já conformado com a ideia de entregar o filho à roda dos enjeitados, mas procurando prolongar seu último contato com o rebento, “foi então que lhe ocorreu entrar por um dos becos que ligavam aquela à rua da Ajuda. Chegou ao fim do beco e, indo a dobrar à direita, na direção do largo da Ajuda, viu do lado oposto um vulto de mulher; era a mulata fugida”. A solução aparece enfim, justo na hora derradeira, ao pobre diabo.

(Moten, 2023), seu grito reverbera após a leitura do conto e a frase final de Cândido Neves converte-se de naturalização de um aborto a figuração máxima do horror que organiza e sustenta o capital seguro de sua esperança – o grito passa, então, a ser uma espécie de dispositivo literário que reverte, sem possibilidade de retorno, em terror o risonho “mundo sem culpa” no qual vivia a família Neves.

Desse modo, do ponto de vista da história narrada, temos em Arminda a figuração de uma solução *Deus ex machina*; não obstante, do ponto de vista narratológico, essa mesma solução instaura, por sua vez, um problema que o conto não soluciona: o grito da mercadoria permanece no ar, destituindo o caráter de solução encontrado no enredo, convertendo essa mesma solução literária em problema moral ao leitor – numa espécie de conflito entre o narrador e a inteligência narrativa que organiza o material literário.

Portanto, mais do que uma certa teoria do Humanitismo em que o vencedor fica com as batatas, há também aí uma espécie de teorização literária de um limite¹⁶ de subjetivação da ordem escravocrata, cujo fim não “terá sucedido”, diferente do que ocorrera com o ofício de Cândido Neves. Limite, aliás, que ao final do conto reordena os sentidos do que fora visto até então e ganha centralidade nessa prototeoria do sujeito que se faz nas entrelinhas dessa história: quem e quem não é reconhecido como sujeito? Qual é o limite que separa a pobreza da miséria? A quem é dada socialmente a possibilidade de tomar a esperança como capital seguro?

Nesse sentido, o conto é uma espécie de olhar do poder¹⁷ àquilo que Denise Ferreira da Silva chamou de o “evento racial”, episódios espaço-temporalmente isolados, mas interligados nos quais é repetido, reposto e reforçado o caráter exemplar “de como a violência racial protege a propriedade, a relação jurídico-econômica que une Estado e Capital” (Silva, 2018, p. 410).

Sendo, pois um evento que, dentro da organização global do capitalismo, independe do tempo, a dúvida e dupla temporalidade do narrador exemplifica *mais uma vez* o teatro de horror ao qual o corpo negro (de Arminda, nesse caso) é submetido; por outro lado, sendo narrado por uma voz do poder, é também uma crítica típica do velho Machado (Schwarz, 2000), em chave irônica, ao modo como a ordem social brasileira opera com essa problemática.

No mais, tomando como eixo uma história que separa o pobre do Escravo¹⁸ – ou ainda, que procura articular justamente essa distinção –, o conto demonstra que o limite do “mundo sem culpa” brasileiro pode ser lido na chave de quem ao fim e ao cabo dispõe de algum favor – escravizados, inclusive. Mas não só! Há algo também de uma racialidade operada nas entrelinhas em que, talvez, o limite posto a Candinho como fiador à sua esperança é nunca se tor-

¹⁶ Essa ideia foi esboçada com outras direções e sentidos por José Fernando Peixoto de Azevedo em aula de pós-graduação em 2023.

¹⁷ A seguinte afirmação do narrador evidencia sua condição de classe sobretudo no que diz respeito ao sentimento quanto à propriedade escravista: “[...] o sentimento da propriedade moderava a ação [de repreender com pancada], porque dinheiro também dói” (Assis, 2013, [s. p.]).

¹⁸ Tomo como base a distinção proposta por Frank Wilderson III, para quem haveria uma “relação estrutural entre negritude e humanidade como um encontro irreconciliável, um antagonismo intransponível. Não se pode conhecer a negritude como distinta da escravidão, pois não há temporalidade negra que anteceda a temporalidade do escravo” (Wilderson apud Pinho, 2021, p. 49). Assim, haveria uma espécie de indistinção entre a condição escrava e a negritude à medida que ambas se definiriam, na epistemologia moderno-ocidente-senhorial, pelo caráter não-humano. Daí Escravo ser grafado em maiúscula, uma vez que procura delinear menos uma condição do que um conceito.

nar Negro.¹⁹ E é justamente no tangenciamento desse limite intangível que se articula a força estético-social do conto: a intangibilidade de um limite que pode atacar a todos, mas não todo mundo. Ou ainda, à medida que “o dispositivo de racialidade também produz uma dualidade entre positivo e negativo, tendo na cor da pele o fator de identificação do normal, e a brancura será a sua representação” (Carneiro, 2023, p. 25), Cândido, ao compreender essa estrutura racial de sociabilidade, busca incessantemente ser percebido (ou reconhecido, para ficarmos em termos hegelianos) como não-negro.

Cumpra, pois, desde já assinalar que estamos num terreno literário no qual a racialização das personagens opera um fator da maior importância ao próprio andamento da narrativa. E as piscadelas da inteligência narrativa nesse sentido são demasiadamente evidentes para não se ater a elas: para começar, lembremos que os nomes das personagens principais são Cândido Neves e Clara.

Ainda que à primeira vista, nós estejamos na narrativa de um mundo reiteradamente de brancos, veremos que não é propriamente o caso: digamos que as piscadelas se assentam em um fundo falso – o que não é incomum na obra de Machado.²⁰ A história se organiza em torno de uma série de ambiguidades no modo como retrata as personagens principais do conto que, por sua vez, lança ainda outra dimensão de perversidade à organização social da qual se fala.

Cândido Neves e Clara formam uma combinação de nomes que os apontaria em entrelinhas nem tão sutis como indubitavelmente brancos. Por outro lado, o mesmo narrador que os nomeia dessa forma, deixa indícios de que algo da própria nomeação das personagens parece escapar ao que indicaria a primeira evidência (de seus nomes) – lembremos que o próprio conto se inicia tratando de máscaras. Nesse sentido, talvez seja necessário um passo atrás antes de tomarmos como óbvia a reiteração de nomes como indicação de brancura; ainda mais tendo em vista que os mesmos nomes dos pombinhos enamorados eram também “objeto de trocados,²¹ Clara, Neves, Cândido; não davam que comer, mas davam que rir” (Assis, 2013, [s. p.]). Será que apenas a coincidência semântica bastava ao riso da dupla? Ou, ao contrário, era a discrepância entre nome e imagem que despertava a troca?

Além da referenciação “exacerbada”, em outros momentos do conto, o mesmo narrador trabalha com, no mínimo, termos que carregam de dubiedade a clarividência dos nomes: por exemplo, quando trata das dificuldades de Candinho manter-se em emprego estável, diz que a troca de ofício seria também “um modo de **mudar de pele** ou de pessoa” [grifo meu]. Em outro momento, já no ofício de caçador, o mesmo Candinho não despertou a suspeita de uma das escravas em fuga que ao vê-lo “voltou-se sem cuidar malícia”. Também de maneira

¹⁹ No que tangenciamos um ponto que parece não escapar à compreensão de Candinho, que aparentemente compreende a marca de perversidade que organiza a racialidade como fundamento da vida social, na qual “as pessoas negras e as pessoas não negras não existem no mesmo universo ou no mesmo paradigma de violência” (Wilderson, 2021, p. 24); dessa forma, afirmar sua condição de não escravizável ganha contornos os mais significativos.

²⁰ Conforme apontam diversos críticos (Alfredo Bosi e Roberto Schwarz, por exemplo), a obra de Machado se caracteriza, entre outras coisas, pelo modo como trabalha com a ilusão do leitor sobre aquilo que parece ser, mas revela-se o contrário no andamento da narrativa.

²¹ Segundo o site *machadodeassis.net*, o substantivo *trocados* é aqui empregado, no sentido, hoje pouco usual, de *trocadilhos*.

sinuosa, é indicado que o proprietário da casa locada por Candinho “ninguém diria que era proprietário”; por quê?²²

Por fim, a última referência cifrada a uma certa incompatibilidade entre pele e nome se dá pelo próprio como se desenrola o amor entre Clara e Cândido. Qual era a razão da reprovação das amigas ao então pretendente de Clara?

“Amigas de Clara, menos por amizade que por inveja, tentaram arredá-la do passo que ia dar. Não negavam a gentileza do noivo, nem o amor que lhe tinha, nem ainda algumas virtudes; diziam que era dado em demasia a patuscasadas.
– Pois ainda bem – replicava a noiva –, ao menos, não caso com defunto.
– Não, defunto não; mas é que...
Não diziam o que era” (Assis, 2013, [s. p.]).

De fato, há algo que não emerge de maneira evidentemente nomeada na crítica das amigas; o que, soma-se ainda ao fato de que a própria Clara teria tido seus namorados antes de Candinho, mas estes “apenas queriam matar o tempo; não tinham outro empenho”. Seria a paixão entre os dois a única fiadora do sentimento de Clara de que, enfim, “era este o possível marido, o marido verdadeiro e único”?

“Seria ela preta, tendo namorado um branco? Mulata [sic], talvez? Somente com um negro, o casamento seria, de fato, possível? Além disso, a oposição de tia Mônica à possibilidade de um filho também chama a atenção. As ideologias raciais de então pregavam a necessidade do branqueamento das classes” (Pereira, 2020, p. 68).

Como se vê, há fissuras nessa evidente racialização branca do casal que organizaria a problemática do conto. Numa leitura mais comum do conto,²³ temos então um pai (Candinho), branco livre e pobre, em luta contra uma mãe (Arminda), negra, escravizada e fugida. Suspeitando um tanto dos nomes, nota-se que podemos estar diante de um conflito, bastante próprio da ordem escravocrata, entre, de um lado, um homem livre, não-evidentemente-branco e pobre e, de outro, uma mulher “mulata” (Assis, 2013, [s. p.]) em fuga. No limite, ambos em disputa contra diferentes processos de submissão próprios da ordem escravocrata – cada qual à sua maneira.

E é nesse ponto que o conto elucida uma camada mais na perversão que é operadora da ordem social brasileira. O capital seguro de Candinho dependia de sua disposição (a todo custo) a demonstrar sempre que ele nunca atravessaria o limite (racializado) que o separava da escravidão. Ainda que a escravidão seja um regime de trabalho compulsório, sabemos que o trabalho incessante não lhe era propriamente um problema; tampouco à Clara:

²² A racialização do espaço urbano no Brasil é trabalhada de modo bastante interessante em um romance maranhense, também do período posterior à Abolição, chamado *Vencidos e degenerados* (1915), de José do Nascimento Moraes.

²³ Utilizo “comum” no sentido de disseminada, haja vista, por exemplo, nomes de enorme importância na crítica literária, como Alfredo Bosi, endossarem justamente essa visão: “Cândido Neves, pobre mas branquíssimo até no nome” (Bosi, 1999, p. 123).

“Clara não tinha sequer tempo de remendar a roupa ao marido, tanta era a necessidade de coser para fora. Tia Mônica ajudava a sobrinha, naturalmente. Quando ele chegava à tarde, via-se-lhe pela cara que não trazia vintém. Jantava e saía outra vez, à cata de algum fugido” (Assis, 2013, [s. p.]).

Aliás, sendo esse provavelmente o trabalho mais cansativo, incerto e inseguro que Cândido Neves exerceu, não podemos deixar de notar que ele se diferenciava dos demais ainda por um outro aspecto: enquanto os outros não lhe prendiam os desejos, “pegar escravos fugidos trouxe-lhe um encanto novo” (Assis, 2013, [s. p.]).

Resta, então, associar tal encanto ao fato de que a mera hipótese “de atender e servir a todos feria-o na corda do orgulho”; assim, pode-se dizer que era ainda uma outra coisa (e não o trabalho pesado) que conformava esse limite ao qual Candinho não vai hesitar em contradizer seu nome para não o cruzar quando assim o for necessário. Atando as duas pontas da corda – imagem que opera simbolicamente num ofício função de ferimento narcísico, e no outro, simbólica e materialmente, instrumento de caça (e labor)²⁴ – sugerimos que o limite era justamente a tentativa constante de não se fazer confundir com um escravo ou com alguém escravizável.²⁵

Nesse sentido, Candinho era em tudo contraditório ao seu próprio nome, não só capaz de violência extrema, como igualmente sujeito aos medos (não-brancos) da escravização ilegal e compulsória.²⁶ Vale lembrar que ele próprio não se encontrava imune à violência que afligia a outrem:²⁷ na mesma medida que lhe feria o orgulho a obrigação de “atender e servir a todos”, feria-lhe a carne, “ainda que raro, enganar-se de pessoa, e pegar em escravo fiel que ia a serviço de seu senhor”, já que, por exemplo, “certa vez capturou um preto livre; desfez-se em desculpas, mas recebeu grande soma de murros que lhe deram os parentes do homem” (Assis, 2013, [s. p.]).

Levando em conta que em 1849, período relativamente próximo ao que se imagina ser o momento histórico em que se passa o conto, um censo realizado no Rio de Janeiro “registrou a presença de 78.855 cativos entre os 205.906 habitantes das paróquias urbanas do município da Corte (38,2%). Se computadas também as paróquias rurais, teremos 110.602 escravos numa população total de 266.466 indivíduos (41,5%)” (Chalhoub, 1990, [s. p.]). Ou seja, definitivamente não se tratava de uma obviedade o reconhecimento de um “preto fugido”. No mais,

²⁴ Lembremos que o ofício de Candinho tinha como único instrumento material de trabalho justamente uma corda: “Não obrigava a estar longas horas sentado. Só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda” (Assis, 2013, [s. p.]).

²⁵ “No exercício de perseguir escravos, o orgulho não sairá ferido; antes, açula-se o instinto do caçador que acha na caça um meio ostensivo de reafirmar a sua condição de branco, de livre, de forte” (Bosi, 1999, p.120).

²⁶ Vale ressaltar que a precariedade estrutural da liberdade era também assentada numa espécie de “pacto de todos contra os escravos” (Almeida; Vellozo, 2019), no qual “democratizava-se” a posse de escravos por todo o tecido social, inclusive a libertos, conformando uma ordem social em que era de **interesse** de todos que não eram escravizados a manutenção do trabalho forçado. Segundo Almeida e Vellozo, esse pacto só foi rachado quando da concentração da mão de obra escravizada nas fazendas cafeeiras.

²⁷ Quanto às violências levadas a cabo por libertos contra escravizados, Joaquim Nabuco, mesmo procurando apontar um certo dado moral no movimento, não deixa de reconhecer seus condicionamentos sociais: “A escravidão não consente, em parte alguma, classes operárias propriamente ditas, nem é compatível com o regime de salário e a dignidade pessoal do artífice. Este mesmo, para não ficar debaixo do estigma social que ela imprime aos trabalhadores, procura assinalar o intervalo que o separa do escravo, e imbuí-se de um sentimento de superioridade, que é apenas baixeza de alma, em quem saiu da condição servil, ou esteve nela por seus pais” (Nabuco *apud* Coutinho, 1978, p. 160).

como bem lembra Ynaê Lopes dos Santos, tampouco eram raros os casos de escravizados circulando livremente nas cidades, na condição de viverem “morando sobre si” (Santos, 2010).

Assim, a miséria do serviço de Candinho não era de pouca monta. Para além do aspecto absolutamente imponderável do ofício, o alto risco de violência a que se submetia e o cenário de crescente competitividade²⁸ teriam de ter uma contraparte sentimental, um encanto próprio que parece ganhar materialidade naquilo que o mesmo Machado nomeou como uma *supremacia qualquer*.

Já foi afirmado que essa tal *supremacia qualquer* careceria de lastro real, uma vez que estaria assentada “em bases instáveis e precárias, pois está restrito à circunstância casual [...]” (Otsuka, 2007, p. 118). Conforme tal raciocínio,

justamente por envolver motivos aparentemente insignificantes, o triunfo em uma rixa é sempre acompanhado de uma espécie de compensação imaginária, já que a supremacia alcançada nessas desavenças é um fato por assim dizer mais ilusório do que real. Em contraste, o poder efetivo é aquele fundado materialmente na propriedade, que, esta sim, fornece bases sólidas para o sentimento de superioridade da elite, o qual se manifesta como desrespeito, arbítrio e desmando (Otsuka, 2007, p. 118).

No entanto, ao contrário do que propõe Otsuka, entende-se aqui que, no caso de Candinho, a figuração literária da escravidão nos termos de Machado cria uma fissura na interpretação da rixa (ou, que seja, a supremacia qualquer, ou mesmo a aversão a servir) como mera compensação imaginária. Isso porque, trabalhando sem servir, Candinho realiza uma subjetivação supremacista que logra um aspecto fundamental, ainda que frágil também: ao apresentar-se como caçador autônomo de escravos, ele mesmo não poderia ser, teoricamente, confundido à condição escrava.

É justamente aí que as coisas se arranjam: Candinho não dispõe de uma amizade e/ou compadrio junto ao poder para lhe estender a mão. Nem mesmo o favor que lhe é concedido se dá por arranjo pessoal direto; no momento mais difícil de sua vida, contou apenas com a ajuda de uma senhora velha e rica por meio da mediação (com certos requintes de arbítrio de segunda ordem) de tia Mônica. Ou seja, ele mesmo não teve a quem recorrer na hora que o despejo lhe era iminente. Digamos, pois, que distante da impossibilidade de recorrer ao favor, sobrava-lhe fundamentalmente o ímpeto movido pelo temor de ser “rebaixado” à condição servil. Esse é o limite de racialidade que o conto vai tensionar ao extremo: a precariedade estrutural da liberdade tornava a vida de um escravizado e de um homem livre pobre distantes, como afirma Bosi, em “um degrau, mas só um degrau acima do escravo” (1999, p. 120).²⁹ No

²⁸ O país vivia um movimento paradoxal de proibição do tráfico de escravizados, combinado ao crescimento da demanda internacional por café, de sorte que tal articulação dinamizou o mercado interno de cativos e reforçou as práticas de escravização ilegais. Assim, a marca brasileira de uma relativa abundância de mão de obra cativa converte-se em seu contrário, na qual o escravizado torna-se escasso em relação à demanda. Não é, pois, por acaso que o ofício de Cândido ganhava em concorrência o que perdia em lucratividade.

²⁹ Entre 1833 e 1844, quando Eusébio de Queiróz atuou como chefe de polícia da Corte, o próprio chegou mesmo a afirmar que “não sendo fácil obter provas de escravidão, quando um preto insiste em dizer-se livre”, seria “mais razoável a respeito de pretos presumir a escravidão, enquanto por assento de batismo, ou carta de liberdade não mostrarem o contrário” (Chalhoub, 2012, p. 25).

entanto, esse degrau opera-se como um limite que separa a pobreza e a miséria do não-humano. Essa diferença, ainda que de apenas uma escala na ordem social brasileira, muda tudo!

Além disso, o aparelho aparece funcionando no conto na forma de um embranquecimento de Candinho e no enegrecimento de Arminda. Como se capturar Arminda fosse duplamente a condição de possibilidade à realização subjetiva de Candinho: pela recompensa financeira e como afirmação de si como não-escravizável.³⁰ Nesse sentido, a tal da *supremacia qualquer* deixa de ser apenas uma supremacia rixosa, assentada em um fundo falso e que resulta numa compensação antes imaginária do que real; pelo contrário, num contexto em que havia um temor recorrente entre homens livres pobres (e negros) de submissão ilegal à condição servil, as ações de Candinho se ressignificam. Até mesmo seu caiporismo passa a ser visto em outra chave: mais do que uma espécie “viração” em um mercado do trabalho rarefeito, a incerteza quanto à candidez de sua pele põe para essa personagem um “algo a mais” laboral: venda da força de trabalho e procura incessante por essa supremacia qualquer que poderia afastá-lo do risco de confundir-se com um escravizado/escravizável.³¹ Afinal, quando de uma conversa sobre Arminda, “Cândido Neves parecia falar como dono da escrava”, gesto que excedia a mera recompensa: “não foi mais feliz com outros fugidos de gratificação incerta ou barata” (Assis, 2013, [s. p.]).

3 Questões de forma

De todo modo, é importante notar que o que seria apenas uma questão temática, toma feição literária, sobretudo, na teatralidade operada pela voz narrativa. E tal teatralidade tem a ver com um certo regime do visível que é manipulado pelo narrador. Afinal, não são raras as hesitações que o narrador faz no trato com aquilo que deve ou não ser dito. De saída, quando menciona os instrumentos da escravidão, diz que vai comentar a respeito de um ou outro “senão por se ligarem a certo ofício”. Em outro momento, comentando as angústias de

³⁰ Como bem salienta o narrador do conto “pegar escravos fugidos era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantém a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras” (Assis, 2013, [s. p.]), de modo que se tornava assim uma prática que reforçava a distinção entre quem podia ser escravizado e quem não podia. O temor da reescravização afetava tanto libertos quanto pessoas negras livres de baixa condição econômica, que viviam sob a ameaça constante de serem ilegalmente submetidas ao cativeiro. Para Candinho, portanto, o ato de capturar Arminda significava, assim, não apenas um ganho econômico, mas a afirmação de sua própria liberdade, numa sociedade onde a linha entre liberdade e escravidão era tênue e facilmente manipulável para controle social e subjetivo (Chalhoub, 2012). Em outro caminho, Alencastro vai apontar que é essa necessidade que explica a mestiçagem brasileira, uma vez que a em um contexto de precariedade estrutural da liberdade, a “aproximação dos negros livres à comunidade patriarcal brasileira” opera-se como estratégia de garantia e reconhecimento de sua condição de “liberdade relativa”, via prestação de “serviços ao fazendeiro ou senhor de engenho que reconhecesse e garantisse seu estatuto de não escravo”; proximidade que “favorece a mestiçagem biológica, ou seja, a miscigenação entre os dois grupos” (Alencastro, 2000, p. 345-6), menos por força de uma suposta elasticidade portuguesa, como pensada por Gilberto Freyre, do que por movimento de reforço social negro de sua estatuto de não escravo.

³¹ Existem algumas interpretações desse conto que pensam haver uma espécie de equalização de posições entre Candinho e Arminda porque ambos estariam à beira sempiterna do abismo da miséria – os miseráveis, livres e não livres, da ordem escravocrata. Nesse sentido, o conto seria uma espécie de “afirmação literária” de uma certa indistinção entre ordem e desordem, norma e exceção, própria da organização social brasileira que, ao fim e ao cabo, aproximaria socialmente o pai e a mãe do título do conto.

Cândido Neves diante da iminência do nascimento de seu filho, o narrador não titubeia em tomar uma posição diante do sofrimento desse homem em apuros:

A natureza ia andando, o feto crescia, até fazer-se pesado à mãe, antes de nascer. Chegou o oitavo mês, mês de angústias e necessidades, menos ainda que o nono, cuja narração dispensei também. Melhor é dizer somente os seus efeitos. Não podiam ser mais amargos (Assis, 2013, [n. p.]).

Assim, há toda uma narratologia cuidadosa no trato com essa personagem – Candinho vingou! Não por acaso, há toda uma semântica de sofrimento, que se assemelha a uma via crúcis, no ato de narrar a caminhada de Candinho de sua casa à roda dos enjeitados: dor do espetáculo; falta de apetite do pai em apuros; aporias de possibilidades de solução; percepção da miséria do presente; prognóstico de miséria contínua no futuro; resignação materna; última refeição do recém-nascido; sono acolhedor ao colo materno; beijos mil; ato de agasalhar o pequeno para preservá-lo do sereno; e a derradeira tentativa de solução: rumarem pai e filho à Rua da Ajuda.

A frieza das primeiras linhas contrasta com o tratamento que é dispensado a essa caminhada entre “os quartos baixos da casa, ao fundo da cocheira, para os lados de um pátio” nos quais viviam de favor e a Roda do Enjeitados. Aqui o sofrimento ganha um ar de dramaticidade em tudo oposta à descrição das violências dos primeiros parágrafos: se lá, havia frieza no trato das consequências, por exemplo, do uso das máscaras de flandres, aqui há todo um compadecimento diante desse pai em apuros. Digamos que, moralmente, a voz narrativa identifica-se, ou compadece-se mais propriamente, com Cândido Neves.

Por sua vez, a iminência da perda do filho de Arminda é narrada em chave quase contrária. Há aí uma espécie de retorno da frieza inicial acoplada a essa aproximação com as angústias de Cândido Neves. Essa voz narrativa, perversa em seu racismo já desde os primeiros parágrafos, tece em detalhes, que beiram o sórdido, o sofrimento impetrado à Arminda pela caçada de Cândido Neves, situando a contenda como uma espécie de salvação triunfante do rapaz. Por outro lado, mesmo:

descrevendo pormenorizadamente os gestos corporais de resistência à renovada prisão, de modo que é possível acompanhar o movimento do corpo de Arminda batendo-se contra seu captor [...] na cena culminante, o narrador condensa todos os movimentos do corpo em um simples verbo terminativo, ‘e abortou’ (Pugliesi, 2018, p. 15).

E não se fala mais nisso. As consequências do sofrimento da mãe só são notadas efetivamente em termos sentimentais no senhor de Arminha: se dela, sabemos apenas dos gemidos, dele tomamos contato com “os gestos de desespero” porque – lembremos – “dinheiro também dói”.

Nesse sentido, o triunfo de Candinho se faz também do ponto de vista da linguagem. Ainda que ele próprio também apanhasse pancada quando falhasse em reconhecer e diferenciar um fugido de um liberto, ele, a muito custo, é verdade, é reconhecido em sua humanidade – condição bloqueada à Arminda. Não por acaso, as narrativas do sofrimento de Candinho se diferenciam das de Arminda justamente pelo modo como o sofrimento é articulado à vida de cada um. A vida de Arminda tem “serventia” narrativa à medida que repõe

o aspecto exemplar do sofrimento que lhe é impingido como mecanismo de manutenção da ordem social e da propriedade, ou, por outra, por não ser exatamente sobre ela, mas “sobre a violência, o excesso, a falsidade e a razão que se apoderaram” (Silva, 2018, p. 410) de sua vida, condicionando-a à condição de mercadoria.

Quanto a isso, há uma cena particularmente elucidadora e exemplar: quando do aborto de Arminda, a mesma palavra que fora utilizada para narrar a iminente perda do filho por Candinho é empregada para descrever o sofrimento pelo qual passava Arminda (“espetáculo”). Ocorre que com Arminda não há um certo demorar-se sobre a ferida; ou seja, a ela não se “aplica” uma gramática narrativa que, frente a tal nível de violência, procure se posicionar tal como fez com Candinho – para quem, o narrador se mostra cioso em dispensar detalhes de seu sofrimento e considera que “melhor é dizer somente os seus efeitos.”). Assim, parece mesmo haver um certo fetiche da violência sobre corpos negros que à primeira justificativa em reproduzi-lo, o narrador não titubeia em fazê-lo.

No mais, no exato momento em que a narração do espetáculo da perda do filho de Arminda chega ao fim, a narrativa simplesmente se desloca junto com Candinho àquilo que propriamente interessava: a vida da personagem que é tratada em chave humanista:

Cândido Neves viu todo esse espetáculo. Não sabia que horas eram. Quaisquer que fossem, urgia correr à rua da Ajuda, e foi o que ele fez sem querer conhecer as consequências do desastre.

Quando lá chegou, viu o farmacêutico sozinho, sem o filho que lhe entregara. Quis esganá-lo. Felizmente, o farmacêutico explicou tudo a tempo; o menino estava lá dentro com a família, e ambos entraram. O pai recebeu o filho com a mesma fúria com que pegara a escrava fujona de há pouco, fúria diversa, naturalmente, fúria de amor. Agradeceu depressa e mal, e saiu às carreiras, não para a Roda dos enjeitados, mas para a casa de empréstimo com o filho e os cem mil-réis de gratificação (Assis, 2013, [s. p.]).

Como se ao Candinho-em-caça fosse dispensado uma certa sociabilidade da ordem pública que não coube a Arminda: diante da desgraça, há um descaso total em relação ao que se passa com aquela que *naturalmente* deveria estar submetida a um regime de escravidão. E a narração parece, de algum modo, atuar como uma confirmação daquilo que a própria Arminda percebera no próprio ato de tentar desvencilhar-se de Cândido Neves:

A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas **entendeu logo que ninguém viria libertá-la, ao contrário**. Pediu então que a soltasse pelo amor de Deus.

[...]

Quem passava, ou estava à porta de uma loja, compreendia o que era e naturalmente não acudia” (Assis, 2013, [s. p.]) [grifos nossos].

E é esse *não acudir* que o conto opera em sua gramática narratológica: uma espécie de partilha dessa sociabilidade que necessita de uma teatralidade de terror na qual há uma constante produção e reprodução exibicionistas de determinados corpos à violação. E em tal cenário, Candinho não escapa a um paradoxo incessante em sua vida e prática. Ao mesmo tempo que lhe é necessário forjar uma branquitude como a derradeira moeda de troca que lhe era disponível – já que dinheiro e favor eram quase nada –, nesse próprio movimento, ele repõe,

ao fim e ao cabo, algo do qual procurava se desgarrar. Como se na própria recusa a servir, ação que lhe feria o orgulho, ele voltasse pela porta dos fundos ao mesmo destino, do qual sua posição social não lhe permitiria escapar. Ao medo de ser confundido com alguém escravizável, colocava-se a serviço de senhores numa posição precária e de um modo pelo qual:

Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o **gosto de servir também, ainda que por outra via**, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem (Assis, 2013, [s. p.]) [grifos meus].

Por mais que escapasse à escravização direta e subisse (embranquecesse?) o sarrafo do limite que lhe colocaria em risco, a força da escravidão ainda lhe submetia à violência da instituição, mas em paralaxe: por um lado, na posição de ordem, por outro, e em simultâneo, no turbilhão de desordem que a ilegalidade da escravidão turbinava a força desta.

Nesse lugar racial incerto entre ser ou não ser negro, entre ser ou não ser branco, Candinho está no limiar entre quem pode e quem não pode ser submetido à força da escravidão, ou entre quem pode e quem não pode ser reconhecido como Sujeito nesse Brasil escravista. Ou ainda, punha em primeiro plano literário, qual uma relíquia que olhada do presente expõe algo do passado que permanece, uma das características mais fundamentais da conservativa abolição da escravatura no Brasil, que ao mesmo tempo que judicializava a interdição à escravidão, por outro lado e complementarmente, intensificou a racialização como critério de distinção na sociedade brasileira (Albuquerque, 2009; Gato, 2020).

Quando Candinho assevera que nem todas as crianças vingam, o que está em jogo vale mais do que os cem mil réis: a captura de Arminda é também uma forma de se afirmar como sujeito no contexto em que vivia – ainda que sem superação dialética da condição de escravizado.³² A supremacia qualquer lhe garantiu ali o sustento de alguns meses de vida, sua e de seu filho, mas igualmente a própria possibilidade de formar uma família. Como se assim, e somente assim, já fosse possível nomear o recém-nascido. Ainda que, ao leitor atento à construção irônica da gramática narrativa do conto, sob os ecos lancinantes de terror do grito da mercadoria cujo “fruto de algum tempo entrou sem vida [e sem nome] neste mundo”.

³² Sendo ele uma espécie de feitor, repõe aquilo que Matheus Gato chamou de dialética do feitor: “a forma abstrata de uma contradição histórica não superada, na medida em que a abolição e a república não conseguem dar origem a “novos tempos” de liberdade e igualdade” (Gato, 2021, p. 571).

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, W. *O jogo da dissimulação*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de; VELLOZO, Júlio César de Oliveira. O pacto de todos contra os escravos no Brasil Imperial. *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 10, N. 03, 2019 p. 2137-2160.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ASSIS, Machado de. *Relíquias de casa velha*. Edição eletrônica preparada por Marta de Senna. 2013. Disponível em: machadodeassis.net/texto/relíquias-de-casa-velha/32481. Acesso em 13 dez 2023.
- ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. Edição eletrônica preparada por Marta de Senna. 2011. Disponível em: machadodeassis.net/texto/quincas-borba/8340. Acesso em 13 dez 2023.
- AZEVEDO, J. As formas do convívio. In: ASSIS, Machado de. *Pai contra mãe*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.
- BOSI, Alfredo. A máscara e a fenda. In: BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 1999.
- CÂNDIDO, Antônio. Dialética da Malandragem. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Brasil, n. 8, p. 67–89, 1970. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi8p67-89>.
- CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- COUTINHO, Afrânio. (org.). *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução por Renato da Silveira. Salvador: EdUFBA, 2008.
- GATO, Matheus. *Massacre dos libertos*. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- GATO, Matheus. Dialética do feitor. *Novos Est. CEBRAP*, v. 40, p. 533-572, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25091/S01013300202100030002>.
- HARTMAN, S. “O Tempo da Escravidão”. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 14, nov. 2020 - abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i14.42791>.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*. Campinas/ São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.
- MARQUESE, Rafael. A dinâmica da escravidão no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, n. 74, p. 107-123, mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/xB5SjkdK7zXRvRjKRXRfKPh/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- MORETTI, Francisco. O século sério. *Nov. Est. Cebrap*, n. 65, p. 3-33, mar. 2003. Disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/07/Aula-1-Moretti-Franco.-O-se%CC%81culo-se%CC%81rio.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- MORAES, R. Pai contra Mãe: a permanência da escravidão nos contos de Machado de Assis. In: *ESCRavidão e LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL*, 4., Curitiba, 2009.
- MOTEN, Fred. *Na quebra: a estética da tradição radical preta*. São Paulo: Crocodilo/N-1, 2023.

OTSUKA, Edu Teruki. Espírito rixoso: para uma reinterpretação das Memórias de um sargento de milícias. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 44, p. 105-124, 2007. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi44p105-124>.

PEREIRA, Paulo. A liberdade na ordem escravocrata: interpretações sobre o conto Pai contra mãe, de Machado de Assis. *Revista da Faculdade de Direito da USP*, v. 115, p. 455-475, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v115p455-475>.

PINHO, Osmundo. *Cativeiro: antinegitude e ancestralidade*. Salvador: Editora Segundo Selo, 2021.

PUGLIESI, Lucas Bento. Estamos vivos aos olhos de Machado?. *RELACult – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 4, p. 1-22, 2018. DOI: <https://doi.org/10.23899/relacult.v4i2.919>.

SANSEVERINO, Antônio. A presença de escravos em alguns contos de Machado de Assis. *Revista Prâksis*, n. 2, jul./dez. 2018, 160-72. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/181623>. Acesso em: 29 jan. 2025.

SANTOS, Ynaê. *Além da Senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: HUCITEC, 2010.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SILVA, Denise. O evento racial ou aquilo que acontece sem o tempo. In: PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André; SANTORO, Artur; MENEZES, Hélio; SCHWARCZ, Lília Moritz; TOLEDO, Tomás. (Eds.) *Histórias afro-atlânticas: Vol. 2 Antologia*. São Paulo: MASP, 2018: 407-411.

WILDERSON III, Frank. *Afropessimismo*. Tradução por Rogerio W. Galindo e Rosiane Correia de Freitas. São Paulo: Todavia, 2021.